

VADE MEGE

2026.1

SUMÁRIO DOS VOLUMES 1 E 2



VADE MEGE

2026.1

VOLUME 1

- ▶ CONSTITUIÇÃO FEDERAL
- ▶ ADCT
- ▶ EMENDAS CONSTITUCIONAIS
- ▶ LINDB
- ▶ CÓDIGO CIVIL
- ▶ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
- ▶ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
- ▶ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- ▶ CÓDIGO ELEITORAL
- ▶ CÓDIGO PENAL
- ▶ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL
- ▶ CÓDIGO PENAL MILITAR (EXCERTOS)
- ▶ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR (EXCERTOS)
- ▶ CÓDIGO COMERCIAL (EXCERTOS)
- ▶ CÓDIGO TRIBUTÁRIO
- ▶ DIPLOMAS INTERNACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS
- ▶ RESOLUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO CNJ
- ▶ RESOLUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO CNMP
- ▶ LEIS ORGÂNICAS
 - MAGISTRATURA
 - MINISTÉRIO PÚBLICO
 - DEFENSORIA PÚBLICA
- ▶ REGIMENTO INTERNOS
 - STF (EXCERTOS)
 - STJ (EXCERTOS)

VOLUME 2

- ▶ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR
- ▶ LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL
- ▶ LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
- ▶ RESOLUÇÕES DO CONAMA
- ▶ RESOLUÇÕES DO CONANDA
- ▶ LEGISLAÇÃO ELEITORAL
- ▶ RESOLUÇÕES DO TSE
- ▶ ÍNDICE REMISSIVO DE SÚMULAS
- ▶ ÍNDICE REMISSIVO INTEGRADO
- ▶ SÚMULAS DO STJ, STF e TSE

Total: 3.520 páginas

VADE 2026.1
MEGE

SUMÁRIO

VOLUME 01

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.....	14
1. ADCT.....	156
2. Emendas Constitucionais	196
LINDB (Lei nº 4.657/1942)	254
CÓDIGO CIVIL (Lei nº 10.406/2002).....	260
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (Lei nº 13.105/2015)	470
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (Lei nº 8.078/1990)	666
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei nº 8.069/1990)	696
CÓDIGO ELEITORAL (Lei nº 4.737/1965).....	760
CÓDIGO PENAL (Decreto-Lei nº 2.848/1940).....	824
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (Decreto-Lei nº 3.689/1941).....	908
CÓDIGO PENAL MILITAR (Decreto-Lei nº 1.001/1969)	1032
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR (Decreto-Lei nº 1.002/1969).....	1042
CÓDIGO COMERCIAL (Lei nº 556/1850).....	1048
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº 5.172/ 1966)	1070
DIPLOMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	1108
DECLARAÇÕES, CONVENÇÕES E TRATADOS.....	1108
1. Convenção concernente ao trabalho forçado ou obrigatório (EXCERTOS): 1930 (Convenção nº 29/1930 da OIT.	1108
2. Declaração Universal dos Direitos do Homem: 1948 (Resolução AGNU nº 217-A/1948)	1114
3. Declaração Universal dos Direitos da Criança  UNICEF: 1959 (Resolução AGNU nº 1.386/ 1959)	1117
4. Convenção Internacional sobre a Eliminação da Discriminação Racial: 1966 (Brasil: Decreto nº 65.810/1969)	1119
5. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos: 1966 (Brasil: Decreto nº 592/1992).....	1127
6. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: 1966 (Brasil: Decreto nº 592/1992)	1138
7. Convenção Americana sobre Direitos Humanos: Pacto de São José da Costa Rica: 1969 (EXCERTOS) (Brasil: Decreto nº 678/1992).....	1149
8. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher: 1981 (Brasil: Decreto nº 4.377/2002)	1156
9. Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos à Criminalidade e Abuso de Poder (EXCERTOS): 1985 (Resolução AG-ONU nº 40/34 de 1985)	1164
10. Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura: 1985 (Brasil: Decreto nº 98.386/1989).....	1167
11. Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, desumanos ou Degradantes: 1987 (Brasil: Decreto nº 40/1991)	1170
12. Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas: 1988 (Brasil: Decreto nº 154/1991)	1179
13. Convenção sobre os Direitos da Criança: 1989 (Brasil: Decreto nº 99.710/1990)	1197
14. Mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências: 1997 (Brasil: Lei nº 9.474/1997).	1210

15. Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional (Convenção de Haia): 1993 (Brasil: Decreto nº 3.087/1999).....	1215
16. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Belém do Pará): 1994 (Brasil: Decreto nº 1.973/1996).....	1223
17. Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, Belém: 1994 (Brasil: Decreto nº 8766/2016).....	1227
18. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional: 1998 (EXCERTOS) (Brasil: Decreto nº 4388/2002)	1231
19. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência - Convenção da Guatemala: 1999 (Brasil: Decreto nº 3.956/2001)	1237
20. Protocolo à Convenção de Discriminação contra a Mulher: 1999 (Brasil: Decreto nº 4.316/2002).....	1241
21. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, Convenção de Palermo (EXCERTOS): 2000 (Brasil: Decreto nº 5.015/2004)	1244
22. Protocolo contra armas de fogo, suas Peças, Componentes e Munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, Nova York: 2001 (Brasil: Decreto nº 5.941/2004).....	1253
23. Convenção das Nações Unidas contra a corrupção, Mérida (EXCERTOS): 2001. (Brasil: Decreto nº 5.687/2006).....	1260
24. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, Nova York: 2006 (EXCERTOS) (Brasil: Decreto nº 6.949/2009).....	1267
25. Tratado de Marraqueche (EXCERTOS): sobre o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto Impresso ▢ Marraqueche (Marrocos), 2013 (Brasil: Decreto nº 9.522/2018).....	1273
26. Acordo de Paris (EXCERTOS): Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Paris, 2015, e firmado em Nova Iorque: 2016. (Brasil: Decreto nº 9.073/2017).....	1277
27. Convenções OIT nºs 111, 182 e 169 (EXCERTOS): Discriminação em matéria de emprego; Proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata, para sua eliminação; e Povos indígenas e Tribais (1958; 1999; e 1989) (Brasil: Decreto nº 10.088/2019).....	1281
28. Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, Guatemala: 2013 (Brasil: Decreto nº 10.932/2022) ..	1291
<i>AGENDA, REGRAS, DIRETRIZES, PRINCÍPIOS E PARECERES</i>	1297
29. Regras de Beijing: 1985 (Resolução ONU nº 40/33 - Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude).	1297
30. Diretrizes de RIAD (EXCERTOS): Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil: 1990 (Resolução AGNU 45/112 da ONU)	1302
31. Regras de Tóquio (EXCERTOS): Regras mínimas padrão das nações unidas para a elaboração de medidas não privativas de liberdade: 1990 (AGNU, Resolução 45/110)	1305
32. Princípios de BANGALORE - Conduta Judicial: 2002. (EXCERTOS) (ONU, 2002) ...	1308
33. Princípios de Paris - Princípios Relacionados com o Status de Instituições Nacionais de Direitos Humanos: 1993	1310
34. Declaração de Durban (EXCERTOS): Declaração e Programa de Ação de Viena (1993) e Declaração e Programa de Ação de Durban (2001): Durban, África do Sul.	1312

35. Princípios de Yogyakarta (EXCERTOS): 2006 (Sobre a Aplicação do Direito Internacional dos Direitos Humanos em Relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero, 2006).....	1314
36. Regras de Bangkok (EXCERTOS): 2010 (Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras) (Resolução AGNU nº 65/229).	1317
37. Princípios Ruggie (EXCERTOS): 2011 (Princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos: Genebra, na Suíça) (ONU, 2011).	1319
38. Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (EXCERTOS)	1324
39. Regras de Nelson Mandela (EXCERTOS): 1955 (Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos) (ONU, 1955, Genebra, Suíça - rev. 2015, Viena, Áustria).	1329
40. PARECER CONSULTIVO OC-24/17 (Corte Interamericana De Direitos Humanos - Solicitado pela República da Costa Rica sobre Identidade de Gênero, Igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo).	1334
RESOLUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO CNJ	1342
<i>RESOLUÇÕES DO CNJ</i>	1342
1. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 7/2005 (Dispõe sobre nepotismo no Poder Judiciário)... ..	1342
2. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 60/2009 (Código de Ética da Magistratura)	1343
3. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 66/2009: (Acompanhamento dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão provisória)	1346
4. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 75/2009 (Dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional).....	1348
5. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 77/2009 (Inspeção nos estabelecimentos e entidades de atendimento ao adolescente e cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei).....	1362
6. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 105/2010 (Depoimentos por meio do sistema audiovisual e realização de interrogatório e inquirição de testemunhas por videoconferência)	1364
7. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 106/2010 (Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau)	1366
8. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 128/2011 (Determina a criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal)	1372
9. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 133/2011 (Simetria constitucional entre Magistratura e MP e equiparação de vantagens)	1372
10. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 134/2011 (Depósito judicial de armas de fogo e munições e a sua destinação).....	1373
11. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 135/2011 (Uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados)	1374
12. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 156/2012 (Proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão de pessoa que tenha praticado os atos tipificados como causa de inelegibilidade)	1379
13. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 200/2015 (Disciplina causa de impedimento de magistrado: CPC, art. 134, IV.)	1380
14. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 240/2016 (Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário)	1381
15. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 253/2018 (Política Institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais)	1387

16. RESOLUÇÃO CNJ nº 255/2018 (Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário)	1389
17. RESOLUÇÃO CNJ nº 270/2018 (Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros)....	1391
18. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 299/2019 (Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017).	1392
19. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 305/2019 (Uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário).....	1396
20. RESOLUÇÃO CONJUNTA CNJ/TSE nº 6/2020 (Sistematização unificada para o envio de informações referentes a condenações por improbidade administrativa e a outras situações que impactem no gozo dos direitos políticos).	1399
21. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 337/2020 (Utilização de sistemas de videoconferência no Poder Judiciário).....	1402
22. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 343/2020 (Institui condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição)	1403
23. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 348/2020 (Tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente)	1408
24. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 351/2020 (Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação).....	1414
25. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 391/2021 (Procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade)	1423
26. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 398/2021 (Dispõe sobre a atuação dos “Núcleos de Justiça 4.0”, disciplinados pela Res. CNJ nº 385/2021, em apoio às unidades jurisdicionais)	1427
27. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 400/2021 (Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário)	1428
28. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 401/2021 (Diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão).....	1436
29. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 410/2021 (Normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário).....	1444
30. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 411/2021 (Institui o Programa Internacional “Visão Global do Poder Judiciário”).....	1447
31. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 421/2021 (Diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional em matéria de arbitragem)	1449
32. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 425/2021 (Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades)	1450
33. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 433/2021 (Institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente)	1463
34. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 440/2022 (Institui a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro).	1468
35. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 444/2022 (Banco Nacional de Precedentes (BNP) para consulta e divulgação por órgãos e pelo público em geral de precedentes judiciais, com ênfase nos pronunciamentos judiciais listados no art. 927 do Código de Processo Civil em todas as suas fases processuais).....	1470

36. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 465/2022 (Institui diretrizes para a realização de videoconferências no âmbito do Poder Judiciário).....	1472
37. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 497/2023 (Institui, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, o Programa “Transformação”, estabelece critérios para a inclusão, pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade)	1474
38. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 547/2024 (Medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário - a partir do julgamento do tema 1184 da repercussão geral pelo STF)	1477
39. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 557/2024 (Institui Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados(as) em Comarcas definidas como de difícil provimento).....	1479
40. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 562/2024 (Juiz das Garantias – Define diretrizes e normas para implementação em todos os ramos da justiça, altera e acrescenta dispositivos da Res. CNJ nº 213/2015, que dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas, conforme julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305 sobre a Lei nº 13.964/2019)	1482
41. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 582/2024 (Institui o Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e o Formulário de Registro de Ocorrência Geral de Emergência e Risco Iminente às Pessoas LGBTQIA+[Formulário Rogéria] no âmbito do Poder Judiciário, e dá outras providências)	1486
42. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 601/2024 (Dispõe sobre o dever de reconhecer e retificar os assentos de óbito de todos os mortos e desaparecidos vítimas da ditadura militar).	1489
43. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 603/2024 (Regulamenta a permuta de magistrados(as) vinculados(as) a tribunais de justiça estaduais e do DF).....	1491
44. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 611/2024 (Altera a Res. CNJ nº 433/2021, que institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente).....	1493
45. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 615/2025 (Uso de inteligência artificial no Poder Judiciário).	1496
46. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 625/2025 (Altera a Res. CNJ nº 270/2018, que dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros).....	1513
47. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 638/2025 (Altera a Res. CNJ nº 106/2010, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos tribunais de 2º grau).	1514
48. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 639/2025 (Altera a Res. CNJ nº 299/2019, para dispor sobre a competência das unidades judiciárias no processamento e julgamento dos crimes praticados contra crianças e adolescentes, e dá outras providências).	1515
49. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 644/2025 (Dispõe sobre a lavratura e retificação dos assentos de óbito das vítimas da Chacina de Acari, em cumprimento à sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Caso Leite de Souza e outros vs. Brasil).	1516
50. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 646/2025 (Institui o Protocolo de Crise Socioambiental do Poder Judiciário).....	1518
51. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 649/2025 (Disciplina a organização, as competências e o funcionamento da Ouvidoria Nacional da Mulher no âmbito do Conselho Nacional de Justiça).	1521
52. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 654/2025 (Dispõe sobre o processo de vitaliciamento dos magistrados de 1º grau).	1523
53. RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 660/2025 (Institui o Sistema Nacional de Ouvidorias de Justiça [Ouvjus] para recebimento, tratamento, comunicação e acompanhamento de manifestações no âmbito do Poder Judiciário).....	1527

<i>RECOMENDAÇÕES DO CNJ</i>	1531
54. RECOMENDAÇÃO DO CNJ Nº 127/2022 (Recomenda aos tribunais a adoção de cautelas visando a coibir a judicialização predatória que possa acarretar o cerceamento de defesa e a limitação da liberdade de expressão).....	1531
55. RECOMENDAÇÃO DO CNJ Nº 129/2022 (Recomenda aos tribunais a adoção de cautelas visando a evitar o abuso do direito de demandar que possa comprometer os projetos de infraestrutura qualificados pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), previsto na Lei n. 13.334/2016).	1532
56. RECOMENDAÇÃO DO CNJ Nº 134/2022 (Dispõe sobre o tratamento dos precedentes no Direito brasileiro).	1533
57. RECOMENDAÇÃO DO CNJ Nº 159/2022 (Recomenda medidas para identificação, tratamento e prevenção da litigância abusiva).....	1538
58. RECOMENDAÇÃO DO CNJ Nº 54/2025 (Orienta Tribunais e magistrados a observarem fielmente os precedentes firmados pelo Supremo Tribunal Federal nos Temas 6 e 1234 de Repercussão Geral).	1542
59. RECOMENDAÇÃO DO CNJ Nº 163/2025 (Estabelece diretrizes para a identificação e condução de processos estruturais).....	1543
RESOLUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO CNMP	1546
<i>RESOLUÇÕES DO CNMP</i>	1546
1. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 5/2006 (Exercício de atividade político partidária e de cargos públicos por membros do MP).....	1546
2. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 8/2006 (Impedimentos e vedações ao exercício de advocacia por membros).....	1546
3. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 9/2006 (Aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros do MP)	1547
4. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 14/2006 (Regras Gerais Regulamentares para o concurso de ingresso na carreira do MP)	1549
5. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 23/2007 (Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8)625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil)	1551
6. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 26/2007 (Disciplina a residência na Comarca pelos membros do MP)	1556
7. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 30/2008 (Parâmetros para a indicação e a designação de membros do MP para exercer função eleitoral em 1º grau).....	1558
8. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 36/2009 (Dispõe sobre o pedido e a utilização das interceptações telefônicas, no âmbito do Ministério Público, nos termos da Lei nº 9)296, de 24 de julho de 1996).....	1560
9. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 40/2009 (Conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do MP).....	1562
10. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 93/2013 (Dispõe sobre a atuação do Ministério Público nos programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas).....	1564
11. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 150/2016 (Criação de Núcleo de Solução Alternativa de Conflitos).....	1566
12. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 164/2017 (Disciplina a expedição de recomendações pelo MP).....	1567
13. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 174/2017 (Disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo)	1569
14. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 179/2017 (Regulamenta o § 6º do art) 5º da Lei nº 7)347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta).....	1572

15. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 181/2017 (Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal – PIC)	1575
16. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 221/2020 (Dispõe sobre a atuação do Ministério Público na audiência de custódia, incorpora as providências de investigação referentes ao Protocolo de Istambul, da Organização das Nações Unidas (ONU), e dá outras providências)	1585
17. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 230/2021 (Atuação do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais)	1590
18. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 232/2021 (Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços ministeriais pelas partes, procuradores, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, em todos os seus ramos).....	1593
19. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 243/2021 (Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas)	1596
20. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 279/2023 (Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial)	1599
21. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 300/2024 (Disciplina a atuação do Ministério Público no velamento das Fundações de direito privado)	1606
22. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 306/2025 (Regulamenta o artigo 17-B da Lei nº 8)429/1992, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, o acordo de não persecução civil)	1614
23. RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 315/2025 (Dispõe sobre as Comissões de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental e sobre sua atuação no combate à violência, aos assédios sexual e moral e à discriminação no âmbito do Ministério Público)	1620
RECOMENDAÇÕES DO CNMP	1627
24. RECOMENDAÇÃO DO CNMP Nº 53/2017 (Garantia do acesso das pessoas em situação de rua às dependências do MP).....	1627
25. RECOMENDAÇÃO DO CNMP Nº 80/2021 (Aprimoramento da atuação do MP no enfrentamento da violência de gênero e da violência institucional)	1628
26. RECOMENDAÇÃO DO CNMP Nº 85/2021 (Fomento à fiscalização dos parâmetros de acolhimento das pessoas LGBTI+ privadas de liberdade em estabelecimentos penais).....	1629
LEIS ORGÂNICAS	1634
1. Lei Complementar nº 35/1979 (Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional).	1634
2. Lei nº 8.625/1993 (Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências)	1643
3. Lei complementar nº 75/1993 (Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União)	1651
4. Lei Complementar nº 80/1994 (Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.	1671
REGIMENTOS INTERNOS	1688
1. Regimento interno do STF (EXCERTOS)	1688
2. Regimento interno do STJ (EXCERTOS)	1693

VADEMECUM
2026.1

SUMÁRIO

VOLUME 02

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	12
1. Decreto nº 2.044/1908 (Letra de Câmbio e Nota Promissória)	12
2. Decreto nº 20.910/1932 (Prescrição quinquenal)	16
3. Decreto nº 22.626/1933 (Lei da Usura)	16
4. Decreto-Lei nº 3.365/1941 (Desapropriação por utilidade pública)	17
5. Decreto-Lei nº 4.597/1942 (Prescrição das ações contra a Fazenda Pública)	21
6. Decreto-Lei nº 5.384/1943 (Dispõe sobre os beneficiários do seguro de vida)	22
7. Lei nº 1.060/1950 (Assistência judiciária aos necessitados)	22
8. Lei nº 1.079/1950 (Crimes de responsabilidade)	23
9. Lei nº 4.132/1962 (Desapropriação por interesse social)	30
10. Lei nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra - EXCERTOS)	31
11. Lei nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro - EXCERTOS)	38
12. Lei nº 4.591/1964 (Condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias)	41
13. Lei nº 4.717/1965 (Ação Popular)	56
14. Lei nº 4.829/1965 (EXCERTOS): Crédito Rural	59
15. Lei nº 4.947/1966 (EXCERTOS): Normas de Direito Agrário e Instituto da Reforma Agrária	60
16. Decreto nº 57.663/1966 (Lei Uniforme em Matéria De Letras De Câmbio e Notas Promissórias)	62
17. Decreto-Lei nº 167/1967 (Títulos de Crédito Rural)	63
18. Decreto-Lei nº 200/1967 (Organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a REFORMA ADMINISTRATIVA - EXCERTOS)	68
19. Lei nº 5.474/1968 (Dispõe sobre as Duplicatas)	72
20. Lei nº 5.478/1968 (Ação de Alimentos)	75
21. Decreto-Lei nº 413/1969 (EXCERTOS): Títulos de Crédito Industrial	77
22. Decreto-Lei nº 911/1969 (Alienação Fiduciária)	78
23. Lei nº 6.015/1973 (Registros Públicos)	81
24. Lei complementar nº 24/1975 (Convênios para concessão de isenções sobre ICMS)	112
25. Lei nº 6.404/1976 (Dispõe sobre as Sociedades por Ações)	114
26. Lei nº 6.515/1977 (Casos de Dissolução da Sociedade Conjugal e do Casamento - EXCERTOS)	159
27. Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal)	162
28. Lei nº 6.840/1980 (Títulos de Crédito Comercial)	166
29. Lei nº 7.347/1985 (Ação Civil Pública)	166
30. Lei nº 7.357/1985 (Lei do Cheque)	169
31. Lei nº 7.853/1989 (Apoio às pessoas portadoras de deficiência)	173
32. Lei nº 8.009/1990 (Impenhorabilidade do bem de família)	176
33. Lei nº 8.038/1990 (Normas procedimentais para os processos que especifica, perante o STJ e STF)	177
34. Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde)	179
35. Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União)	189
36. Lei nº 8.174/1991 (Princípios de Política Agrícola)	214
37. Lei nº 8.212/1991 (Dispõe sobre a organização da Seguridade Social - EXCERTOS)	214
38. Lei nº 8.213/1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social - EXCERTOS)	233
39. Lei nº 8.245/1991 (Locações)	255
40. Lei nº 8.397/1992 (Medida Cautelar Fiscal)	265
41. Lei nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa)	266
42. Lei nº 8.437/1992 (Medidas Cautelares contra atos do Poder Público)	277
43. Lei nº 8.560/1992 (Investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento)	277
44. Lei nº 8.730/1993 (Declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário)	278
45. Lei nº 8.742/1993 (Organização da Assistência Social)	279
46. Lei nº 8.745/1993 (Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público)	289
47. Lei nº 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso)	291
48. Lei nº 8.906/1994 (Estatuto da OAB)	293
49. Lei nº 8.929/1994 (Cédula de Produto Rural)	307
50. Lei nº 8.934/1994 (Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades afins)	311
51. Lei nº 8.935/1994 (Lei dos Registros Públicos)	317
52. Lei nº 8.971/1994 (Direito dos companheiros a alimentos e à sucessão)	321
53. Lei nº 8.987/1995 (Concessão e permissão da prestação de serviços públicos)	321
54. Lei nº 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais)	328
55. Lei nº 9.265/1996 (Gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania)	337
56. Lei nº 9.278/1996 (Direito dos companheiros a alimentos e sucessão)	337
57. Lei nº 9.279/1996 (Propriedade Industrial)	337
58. Lei nº 9.307/1996 (Lei de Arbitragem)	355
59. Lei nº 9.394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional)	359
60. Decreto nº 1.775/1996 (Procedimento Administrativo para Demarcação de Terras Indígenas)	376
61. Lei nº 9.492/1997 (Protesto de títulos e outros documentos)	377
62. Lei nº 9.494/1997 (Tutela antecipada contra a Fazenda Pública)	382
63. Lei nº 9.507/1997 (Habeas Data)	383
64. Lei nº 9.514/1997 (Sistema de Financiamento Imobiliário e Alienação Fiduciária de coisa imóvel)	384
65. Decreto nº 2.181/1997 (Sistema Nacional de Defesa do Consumidor/SNDC - EXCERTOS)	390
66. Lei nº 9.610/1998 (Direitos Autorais)	395

67. Lei nº 9.637/1998 (Lei das Organizações Sociais)	407
68. Lei nº 9.656/1998 (Planos e Seguros privados)	410
69. Lei nº 9.717/1998 (Regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social)	419
70. Lei nº 9.784 /1999 (Processo administrativo)	421
71. Lei nº 9.790/1999 (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público)	426
72. Lei nº 9.868/1999 (ADI e ADC)	429
73. Lei nº 9.873/1999 (Prescrição quinquenal)	432
74. Lei nº 9.882/1999 (ADPF)	433
75. LC nº 101/2000 (Responsabilidade Fiscal)	434
76. Lei nº 10.216/2001 (Proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais)	449
77. LC nº 108/2001 (Relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades)	450
78. LC nº 109/2001 (Previdência Complementar)	453
79. Lei nº 10.259/2001 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais Federais)	461
80. LC nº 116/2003 (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	462
81. Decreto nº 4.887/2003 (Quilombolas)	465
82. Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa)	467
83. Lei nº 10.931/2004 (Patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário)	476
84. Lei nº 11.076/2004 (Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA)	487
85. Lei nº 11.079/2004 (Parceria público-privada)	493
86. Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falências)	499
87. Lei nº 123/2006 (EXERCETOS): Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	535
88. Lei nº 11.417/2006 (Edição, revisão e cancelamento de Súmulas Vinculantes)	550
89. Lei nº 11.419/2006 (Informatização do Processo Judicial)	551
90. Decreto nº 5.903/2006 (Direito básico do consumidor de obter informação adequada e clara sobre produtos e serviços)	554
91. Decreto nº 6.017/2007 (Normas Gerais de Contratação de Consórcios Públicos)	555
92. Decreto nº 6.214/2007 (Regulamento do benefício de prestação continuada)	561
93. Lei nº 11.795/2008 (Sistema de Consórcio)	569
94. Lei nº 11.804/2008 (Alimentos gravídicos)	573
95. Lei nº 11.952/2009 (Regularização fundiária)	574
96. Lei nº 12.016/2009 (Mandado de Segurança Individual e Coletivo)	579
97. Lei nº 12.153/2009 (Juizados Especiais da Fazenda Pública)	582
98. Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial)	584
99. Lei nº 12.318/2010 (Alienação Parental)	590
100. Lei nº 12.414/2011 (Cadastro Positivo)	591
101. Lei nº 12.527/2011 (Acesso à Informação)	593
102. Decreto nº 7.830/2012 (Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental)	600
103. Lei nº 12.594/2012 (SINASE)	603
104. Decreto nº 7.962/2013 (Contratação no comércio eletrônico)	612
105. Lei nº 12.845/2013 (Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual)	612
106. Lei nº 12.846/2013 (LEI ANTICORRUPÇÃO - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas)	613
107. Lei nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude e SINAJUVE - EXCERTOS)	616
108. Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet)	618
109. Lei nº 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole - EXCERTOS)	623
110. Lei nº 13.019/2014 (Regime Jurídico das Parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil - EXCERTOS)	625
111. Lei nº 13.140/2015 (Lei de Mediação)	633
112. Lei nº 13.146/2015 (EXCERTOS): Estatuto da Pessoa com Deficiência	637
113. Lei nº 13.185/ 2015 (Bullying)	648
114. Lei nº 13.257/2016 (EXCERTOS): Marco Legal da Primeira Infância	649
115. Lei nº 13.300/2016 (Mandados de Injunção Individual e Coletivo)	652
116. Lei nº 13.303/2016 (Estatuto Jurídico das Estatais)	653
117. Decreto nº 8.727/2016 (Nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional)	670
118. Lei nº 13.460/2017 (Defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública)	671
119. Lei nº 13.709/2018 (LGPD)	674
120. Lei nº 12.618/2012 (Regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo)	685
121. Lei nº 13.848/2019 (Agências reguladoras)	691
122. Lei nº 13.874/2019 (Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e Livre Mercado)	695

123. Lei nº 13.876/2019 (Dispõe sobre honorários periciais em ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social, INSS, figure como parte).....	698
124. Lei nº 13.934/2019 (Contrato de Desempenho).....	699
125. Decreto nº 9.936/2019 (Lei de Cadastro Positivo).....	700
126. Decreto nº 10.024/2019 (Pregão na Modalidade Eletrônica - EXCERTOS).....	703
127. Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).....	706
128. Lei nº 14.193/2021 (SAF - Sociedade Anônima do Futebol - EXCERTOS).....	745
129. LC nº 182/2021 (Marco Legal das Startups).....	748
130. LC nº 192/2022 (ICMS Combustíveis).....	751
131. Decreto nº 11.150/2022 (Superendividamento).....	753
132. Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura).....	754
133. Decreto nº 11.129/2022 (Responsabilização Administrativa e Civil de Pessoas Jurídicas pela Prática de Atos contra a Administração Pública).....	758
134. Lei nº 14.344/2022 (Enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente – EXCERTOS).....	766
135. Lei nº 14.701/2023 (Demarcação de terras indígenas).....	768
136. Lei nº 14.965/2024 (Concursos Públicos).....	770
137. Lei nº 15.040/2024 (Normas de seguro privado).....	773
138. LC nº 214/2025 (EXCERTOS): Regula a Reforma Tributária.....	782
139. LC nº 225/2026 (Código de Defesa do Contribuinte).....	876
140. LC nº 227/2026 (Institui o CGIBS, dispõe sobre o IBS, ITCMD, altera a Lei Kandir e outras).....	885
LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL.....	922
1. Decreto-Lei nº 3.240/1941 (Sequestro de bens).....	922
2. Decreto-Lei nº 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais).....	923
3. Lei nº 1.521/1951 (Crimes contra a economia popular).....	929
4. Lei nº 1.579/1952 (CPI).....	932
5. Lei nº 4.729/1965 (Crime de sonegação fiscal).....	933
6. Lei nº 5.249/1967 (Crimes de responsabilidade).....	933
7. Decreto-Lei nº 201/1967 (Crimes de responsabilidade).....	933
8. Lei nº 5.256/1967 (Prisão especial).....	936
9. Lei nº 6.001/1973 (EXCERTOS): Estatuto do Índio.....	936
10. Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal).....	937
11. Lei nº 7.716/ 1989 (Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).....	958
12. Lei nº 7.960/1989 (Prisão temporária).....	960
13. Lei nº 8.072/1990 (Crimes hediondos).....	961
14. Lei nº 8.137/1990 (Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências).....	962
15. Lei nº 8.176/1991 (Crimes contra a ordem econômica).....	966
16. Lei nº 9.296/1996 (Interceptação Telefônica).....	966
17. Lei nº 9.455/1997 (Crimes de Tortura).....	967
18. Lei nº 9.503/1997 (EXCERTOS): Crimes de Trânsito.....	968
19. Lei nº 9.605/1998 (EXCERTOS): Crimes contra o Meio Ambiente.....	969
20. Lei nº 9.609/1998 (EXCERTOS): Crimes de propriedade intelectual de programa de computador.....	976
21. Lei nº 9.807/1999 (Proteção a vítimas e testemunhas).....	976
22. Lei nº 14.597/2023 (EXCERTOS): Lei Geral do Esporte.....	979
23. Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).....	980
24. Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).....	986
25. Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas).....	993
26. Lei nº 12.037/2009 (Identificação Criminal do Civilmente Identificado).....	1005
27. Lei nº 12.694/2012 (Julgamento Colegiado em 1º Grau – ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA).....	1007
28. Lei nº 12.850/2013 (Organização Criminosa e Investigação Criminal).....	1009
29. Lei nº 12.984/2014 (Crime de discriminação dos portadores do vírus da HIV).....	1015
30. Lei nº 13.260/2016 (Terrorismo).....	1015
31. Lei nº 13.344/2016 (Tráfego Interno e Internacional de Pessoas).....	1016
32. Lei nº 13.431/2017 (Garantia de direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência).....	1019
33. Decreto nº 9.603/2018 (Regulamenta a Lei nº 13.431/2017 que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência).....	1022
34. Decreto nº 9.847/2019 (EXCERTOS): Aquisição, cadastro, registro, porte e comercialização de armas de fogo e de munição e Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.....	1026
35. Lei nº 13.869/2019 (Crimes de Abuso de Autoridade).....	1036
36. Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel).....	1040
37. Decreto nº 11.615/2023 (EXCERTOS): Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas.....	1045
38. Decreto nº 12.338/2024 (Indulto natalino e comutação de Pena).....	1057
39. Decreto nº 12.341/2024 (Uso da força e dos instrumentos de menor potencial).....	1061

40. Decreto nº 12.345/2024 (Estabelece regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, e disciplina modalidades de caças)	1063
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL	1066
1. Decreto nº 24.643/1934 (Código de Águas)	1066
2. Lei nº 3.924/1961 (Monumentos arqueológicos e pré-históricos)	1078
3. Lei nº 5.197/1967 (Dispõe sobre a proteção à fauna)	1080
4. Decreto-Lei nº 227/1967 (Código de Minas)	1082
5. Declaração de Estocolmo 1972 (Elenca os princípios do Meio Ambiente)	1092
6. Lei nº 6.453/1977 (Responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal)	1095
7. Lei nº 6.766/1979 (Parcelamento do solo urbano)	1097
8. Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente)	1106
9. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Declaração Rio-92)	1111
10. Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos)	1113
11. Lei nº 9.795/1999 (Educação Ambiental)	1118
12. Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC)	1121
Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências)	1121
13. Decreto nº 3.551/2000 (Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial)	1128
14. Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade)	1129
15. Decreto nº 4.339/2002 (Política Nacional da Biodiversidade)	1137
16. Decreto nº 4.340/2002 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC)	1150
17. Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança)	1154
18. Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)	1160
19. Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal)	1170
20. Lei nº 13.018/2014 (Política Nacional de Cultura Viva)	1187
21. Lei nº 13.123/2015 (Lei da Biodiversidade)	1189
22. Lei nº 13.364/2016 (Rodeio, vaquejada como manifestações do patrimônio cultural brasileiro)	1197
23. Decreto nº 10.936/2022 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)	1198
24. Lei nº 14.785/2023 (Agrotóxicos)	1208
25. Lei nº 15.021/2024 (Controle de material genético animal)	1220
RESOLUÇÕES DO CONAMA	1224
1. Resolução do CONAMA nº 01/1986 (Avaliação de Impacto Ambiental)	1224
2. Resolução do CONAMA nº 09/1987 (Audiência Pública)	1225
3. Resolução do CONAMA nº 237/1997 (Licenciamento Ambiental)	1226
4. Resolução do CONAMA nº 303/ 2002 (Áreas de Preservação Permanente)	1228
5. Resolução do CONAMA nº 369/2006 (Intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP)	1230
6. Resolução do CONAMA nº 378/2006 (Empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional)	1234
7. Resolução do CONAMA nº 394/2007 (Estabelece os critérios para a determinação de espécies silvestres a serem criadas e comercializadas como animais de estimação)	1234
8. Resolução do CONAMA nº 412/2009 (Licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de Interesse Social)	1235
9. Resolução do CONAMA nº 422/2010 (Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental)	1237
10. Resolução do CONAMA nº 457/2013 (Dispõe sobre o depósito e a guarda provisórios de animais silvestres apreendidos ou resgatados pelos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente, como também oriundos de entrega espontânea, quando houver justificada impossibilidade das destinações previstas no §1º do art. 25, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências)	1238
RESOLUÇÕES DO CONANDA	1242
1. Resolução do CONANDA nº 113/2006 (EXCERTOS): Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente)	1242
2. Resolução do CONANDA nº 163/2014 (Abusividade em publicidade à Criança e ao Adolescente)	1243
3. Resolução do CONANDA nº 169/2014 (Proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos)	1244
4. Resolução Conjunta do CNAS/CONANDA nº 01/2017: Diretrizes políticas e metodológicas para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua no âmbito da política de assistência social)	1246
5. Resolução Conjunta do CONANDA/CONADE nº 01/2018 (Diretrizes para o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência no sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente)	1248
LEGISLAÇÃO ELEITORAL	1252

1. Lei nº 6.091/1974 (Fornecimento de transporte gratuito, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais)	1252
2. Lei nº 6.236/1975 (Providências para cumprimento da obrigatoriedade do alistamento eleitoral.	1253
3. LC nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidades)	1253
Estabelece, de acordo com o art. 14, §9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências)	1253
4. Lei nº 9.096/1995 (Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.)	1260
5. Lei nº 9.504/1997 (Estabelece normas para as eleições)	1272
6. Lei nº 13.444/2017 (Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional - ICN)	1297

RESOLUÇÕES DO TSE 1300

1. Resolução do TSE nº 21.009/2002 (Estabelece normas relativas ao exercício da jurisdição eleitoral em primeiro grau)	1300
2. Resolução do TSE nº 22.610/2007 (Justa causa na desfiliação partidária)	1300
3. Resolução do TSE nº 23.604/2019 (Regulamenta o disposto no Título III - Das Finanças e Contabilidade dos Partidos - da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995)	1301
4. Resolução do TSE nº 23.607/2019 (Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições)	1316
5. Resolução do TSE nº 23.609/2019 (Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatas e candidatos para as eleições)	1342
6. Resolução do TSE nº 23.610/2019 (Dispõe sobre a Propaganda eleitoral (Redação dada pela Resolução nº 23.732/2024)	1360
7. Resolução do TSE nº 23.640/2021 (Dispõe sobre a apuração de crimes eleitorais)	1390
8. Resolução do TSE nº 23.714/2022 (Enfrentamento à desinformação no processo eleitoral: Dispõe sobre medidas de combate à desinformação e fake news no processo eleitoral)	1391
9. Resolução do TSE nº 23.735/2024 (Dispõe sobre os ilícitos eleitorais)	1392
10. Resolução do TSE nº 23.740/2024 (Dispõe sobre a implementação e funcionamento do juiz eleitoral das garantias na Justiça Eleitoral, previsto na Lei nº 13.964/2019)	1396
11. Resolução do TSE nº 23.746/2025 (Altera a Resolução n. 23.517, de 4 de abril de 2017, para incluir a promoção de mulheres nos cargos de magistradas e magistrados dos Tribunais Regionais Eleitorais providos por advogadas e advogados e dá outras providências)	1397

ÍNDICE REMISSIVO DE SÚMULAS 1400

Índice Alfabético-Remissivo de Súmulas Vinculantes	1400
Índice Alfabético-Remissivo de Súmulas do STF	1401
Índice Alfabético-Remissivo de Súmulas do STJ	1407
Índice Alfabético-Remissivo de Súmulas do TSE	1414

ÍNDICE REMISSIVO INTEGRADO 1416

SÚMULAS 1778

Súmulas vinculantes do STF	1778
Súmulas do STF	1782
Súmulas do STJ	1802
Súmulas do TSE	1821



QUERO MEU VADE MEGE

 CLIQUE NO BOTÃO ACIMA

 Editora
mege